

"Dia 30" 14.8.84

O VENENO DO MPLA EM ACÇÃO

# Completamente esquecida pelos «cinco» em Bissau a tão reclamada cooperação de Portugal

A conferência ministerial dos cinco países africanos de língua portuguesa realizada em Bissau durante três dias no começo da passada semana tinha, ou parecia ter, o objectivo de analisar os progressos alcançados pelo programa de cooperação aprovado em Dezembro de 1983, por uma «cimeira» dos chefes de Estado. Para além disso, era líquido que se proporiem esquemas de desenvolvimento daquele programa e se estudaria exaustivamente um problema de importância fundamental — o das relações entre Angola e a República da África do Sul.

Dando maior ênfase a este último ponto, assinalava-se que nas vésperas da conferência corra a Luanda o presidente caboverdeano, Aristides Pereira, propositadamente para conseguir do líder comunista angolano, José Eduardo dos Santos, uma maior flexibilidade e um melhor cumprimento dos acordos de Lusaca.

A realidade não correspondeu a essas perspectivas. Os observadores e comentadores da Conferência de Bissau dificilmente escondem agora a sua decepção. Os Cinco não precisaram de gastar muito tempo com o estudo dos resultados da cooperação programada em Dezembro pelos seus chefes de Estado, pelo simples facto dela ter sido praticamente inexistente. Cada um e todos alegaram justificações, algumas delas pertinentes, mas isso não anulou — antes confirmou — a clara verdade: não houve a desejada e necessária cooperação. Nada mais natural, atendendo a que a situação a que os regimes marxistas conduziram as antigas províncias de Portugal em África está abaixo dos piores níveis de pauperismo e de degradação socio-económica e que em dois desses países grassa, implacável, a guerra civil.

Não houve cooperação válida, nem é de esperar que ela desponha até à próxima reunião dos Cinco, marcada agora para S. Tomé, no próximo mês de Dezembro; mas, apesar disso, os ilustres ministros não tiveram pejo em se afirmarem «satisfeitos com as acções levadas a cabo» e em declarar «que se deram passos significativos nos domínios considerados prioritários». Como se vê, as jovens diplomacias africanas não ficam atrás das de outros continentes na arte de açucarar os

mais azedos vinagres.

Quanto ao dissídio entre Angola e a África do Sul prevaleceu a intransigência marxista. Os Cinco não só não encontraram nenhuma plataforma de entendimento, como ainda a tornaram mais difícil, pois renovaram os costumeiros ataques injuriosos ao regime de Pretória e insistiram pela imediata retirada das forças sul-africanas sem qualquer contrapartida angolana.

Face a estes malogros, e para justificar a sua frustrada e frustrante conferência, os Cinco ocuparam-se de assuntos que nem de longe nem de perto lhes dizem respeito e aos quais dedicaram a maior parte do texto do comunicado final, desde a situação na América Central até à guerra entre o Irão e o Iraque conflito que muito os preocupa e para o qual — ironia das ironias! se ofereceram como medianeiros. Desastrosamente, a Conferência de Bissau tomou partido pela Frente Polisário contra Marrocos, pelo que se não deve estranhar que os marroquinos, a partir de agora, incrementem o apoio que dispensam aos rebeldes anti-marxistas de Moçambique e de Angola.

## Timor não é um problema africano

Entre os assuntos abordados e inteiramente à margem dos problemas atinentes à cooperação entre os Cinco e da cooperação inter-africana em geral, a Conferência de Bissau deu destaque à questão de Timor. O conhecido e viajado Mari Alkatiri representou a FRETILIN (não confundir com o que resta das guerrilhas da heroica resistência timorense à ocupação

## António Maria Zorro

indonésia) e desempenhou a rigor o papel que lhe cabia como agente provocador, distorcendo as reais perspectivas do problema. Claro que enquanto se mantiverem acerca de Timor as ilusões e os mitos habituais, o Alkatiri e os seus pares poderão continuar passeando-se pelo mundo e fazendo o seu jogo partidário. Que esse jogo é o dos marxistas vimos-lo de novo em Bissau: o representante da FRETILIN, com o pretexto de exigir que «Portugal assumia as suas responsabilidades», atacou duramente o Governo Mário Soares — Mota Pinto, contrapondo-lhe aquilo a que chamou «uma certa abertura» de Ramalho Eanes.

O discurso de Alkatiri em Bissau foi, em absoluto sincronizado com o estilo e a tática dos sovietistas portugueses. Tanto este Presidente da República como o anterior, e tanto este Governo como os que o antecederam depois do 25 de Abril, são gravemente responsáveis pelo que aconteceu, está a acontecer ou venha a acontecer em Timor-Dili — mas não o são menos do que os marxistas em cujas fileiras nasceu e se alberga a FRETILIN. A tomada de posição da Conferência de Bissau sobre um problema que não é africano mostra bem qual o espírito que ali soprou e para que têm servido as frequentes deslocações de comunistas portugueses a Angola e a Moçambique.

## O eclipse da cooperação portuguesa

Segundo se afirmava no início da Conferência, citando fontes altamente autorizadas, a cooperação de Portugal com os cinco seria um dos temas importantes a debater em Bissau. A Criação da «zona do escudo» desejada pelo presidente guineense, bem como a de um esquema comum de transportes aéreos e marítimos, figuravam entre as preocupações dos ministros, a dar crédito ao que se lia nos jornais e se ouvia

na Rádio e na Televisão. Chegou-se até a escrever que aquilo que mais animava a Conferência era «o afloramento da cooperação com Portugal». E enquanto em Genebra o secretário de Estado português da Cooperação, Gaspar da Silva, fazia bonitas e enternecedoras declarações sobre o relacionamento com os países africanos de língua portuguesa, o presidente do Conselho de Gerência da TAP, Gomes Mota, apressava-se jubilosamente a garantir que as transportadoras aéreas dos Cinco podiam contar com o entusiasmo e a sempre leal colaboração da transportadora aérea portuguesa para criar uma companhia aérea comum...

Foram dias de euforia. Escusado será referir que o ministro Jaime Gama se não esqueceu de estar presente em espírito em Bissau, mandando aos Cinco uma mensagem em que lhes oferecia «a total disponibilidade do Governo português». Ora como as coisas são o que são e não o que desejariamos que elas fossem; aconteceu que nem a mensagem de Jaime Gama, nem a entrevista de Gaspar da Silva, nem a solicitude de Gomes Mota, nem nenhum dos acenos amorosos feitos de Lisboa para Bissau evitaram o grande aborrecimento que para todos terá sido o comunicado final da Conferência: nas cerca de cem linhas do seu texto não existe uma única referência a qualquer espécie de cooperação de Portugal.

De resto, essa cooperação nem sequer figurava na agenda da Conferência — esclareceu com alguma arrogância o ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, ao ser abordado pelos jornalistas em Lisboa, na viagem de regresso ao Maputo. Já em Bissau, aliás, isso fora dito por Bernardino Gomes, secretário de Estado guineense da Cooperação e informador oficial dos Cinco, desmentindo — obviamente — que tivesse sido posta na reunião a ideia de se criar aquela empresa aérea conjunta que a TAP muito gostaria de ajudar. Menos arrogante do que Joaquim Chissano, o secretário de

Estado guineense admitiu, porém, «que a participação de Portugal nos esquemas de cooperação dos Cinco poderá vir a ser observada no futuro, quando cada um tiver a casa arrumada». Não há dúvida: o sr. Gomes é uma pessoa de boas maneiras.

## O indesejável Paulo Jorge

Da soma de tudo isto duas conclusões se tiram: a cooperação entre os Cinco não passa, por enquanto, de um continente sem conteúdo, e os Cinco não estão, por enquanto, interessados numa cooperação conjunta com Portugal. A cooperação que houver terá de ser bilateral. E, também, apenas a possível, dando tempo a que cada um tenha a casa arrumada — no dizer engraçado do porta-voz da Conferência, que talvez até estivesse a aludir às rebeliões em Angola e em Moçambique e aos riscos que os cooperantes por lá correm.

Anote-se, em abono da verdade, que o desinteresse conjunto dos Cinco pela cooperação portuguesa é um tanto ou quanto estranho, considerando o interesse que alguns desses Cinco têm vivamente manifestado por tal cooperação em todos os campos. O malogro de Bissau nesse capítulo, com o ridículo esbandalhar das esperanças postas na Conferência por governantes e gestores portugueses, deve atribuir-se ao radicalismo marxista do MPLA e à sua obediência ao eixo Havana-Moscovo.

No que respeita quer à cooperação portuguesa quer à solução do conflito entre Luanda e Pretória, a Conferência dos Cinco foi evidentemente sabotada pelo ministro angolano Paulo Jorge. O indesejável chanceler do MPLA não está minimamente interessado em melhorar as relações com Portugal enquanto os comunistas não voltarem a ter lugar no Governo de Lisboa, nem outra coisa lhe importa em relação à África do Sul que não seja mantê-la sob o fogo das condenações internacio-

nais. E é Paulo Jorge quem sustenta a crise entre o seu país e Portugal, insistindo como insiste em que o Governo português esbafegue o direito à liberdade de informação e proíba que os órgãos de Comunicação Social se refiram à guerra civil que devasta Angola.

Uma canhestra declaração do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros acerca das conversações de Jaime Gama com Paulo Jorge, quando este aqui passou em trânsito de Bissau para Luanda, pretendeu convencer a opinião pública de que se tratou de «uma etapa construtiva no estabelecimento de relações de confiança entre os dois governos», mas a opinião pública — que não é a mesma coisa que as opiniões que se publicam — não tomou nem podia tomar a sério mais esta «blague» do tolerante e tolerado locatário do Palácio das Necessidades.

Bem se vê que com as audiências aos seus homólogos de S. Tomé, de Moçambique e de Angola, dadas no rescaldo da Conferência de Bissau, quis principalmente Jaime Gama dissimular o que de decepcionante para o seu Governo representou o comunicado final dos Cinco. Mas não valia a pena ralar-se tanto por tão pouco. E se no caso da são tomense Maria da Graça Amorim e do moçambicano Joaquim Chissano as audiências serviram, de facto, para estudo de aspectos de cooperação bilateral com alguma viabilidade, no caso do angolano Paulo Jorge foi tempo perdido. Foi apenas a tentativa de repetição de um diálogo impossível.

O MPLA de José Eduardo dos Santos e de Paulo Jorge não quer dialogar com ninguém — quer só levar às últimas consequências o despotismo do seu regime, a entrega do povo à miséria e ao ódio. De resto, um ministro estrangeiro como Paulo Jorge que se permite exigir o restabelecimento da censura em Portugal não é pessoa que se receba no Palácio das Necessidades — a não ser para lhe dar o forte puxão de orelhas de que ele tanto está a precisar há muito.